

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
 "A Diretoria do Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes Mogi das Cruzes, SP."
**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional**

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Entidade. Conforme descrito na nota explicativa n.º 16, a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, continua apresentando passivo a descoberto devido à deficiência de capital de giro e sucessivos déficits, fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. Os planos da Administração com relação a este assunto, também estão descritos na mesma nota explicativa. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações. Além disso, diversos bens do hospital estão penhorados para garantia de ações que estão sendo discutidas judicialmente."

**Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo, com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021.

Cokinos & Associados - Auditores Independentes

CRC 2SP 15.753/O-0

Olivier Yon Legrand

CRC 1SP273560/O-4

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES						CNPJ/MF: 52.543.766/0001-16		BALANÇO PATRIMONIAL		Em reais			
ATIVO			31/12/2020		31/12/2019		PASSIVO			31/12/2020		31/12/2019	
	Notas							Notas					
<b>CIRCULANTE</b>			<b>14.091.681</b>	<b>16.571.970</b>	<b>CIRCULANTE</b>				<b>26.709.819</b>	<b>28.785.604</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3		3.744.768	4.168.835	Fornecedores	11			8.233.975	8.399.471			
Contas a Receber	4		7.488.681	9.835.028	Obrigações Trabalhistas	12			3.933.116	3.933.907			
Adiantamentos Efetuados	5		191.044	190.343	Obrigações Fiscais				269.774	229.223			
Juros s/ Empréstimos a Apropriar	10		930.460	784.389	Parcelamentos Tributários	13			1.677.979	1.733.829			
Outros Créditos	6		696.180	1.253.388	Provisão para Contingências	15			-	351			
Estoques	7		1.040.548	339.986	Obrigações com Parcelamento	14			133.282	133.282			
					Subvenções a Aplicar				7.844.994	9.828.157			
					Empréstimos e Financiamentos	10			4.082.474	4.131.637			
					Outras Obrigações				534.225	395.748			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>19.714.867</b>	<b>19.275.643</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>28.895.851</b>	<b>30.214.616</b>			
Outros Créditos			432.742	349.720	Fornecedores LP				-	-			
Juros s/ Empréstimos a Apropriar	10		929.943	1.243.791	Parcelamentos Tributários	13			11.543.797	12.864.687			
Investimentos	8		-	-	Verbas Subvencionadas				4.716.699	4.919.375			
Imobilizado	9		18.352.182	17.682.133	Obrigações com Parcelamento	14			666.408	799.690			
					Empréstimos e Financiamentos	10			7.528.229	8.318.521			
					Provisão para Contingências	15			4.440.719	3.312.344			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>			<b>33.806.547</b>	<b>35.847.614</b>	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	17			<b>(21.799.123)</b>	<b>(23.152.607)</b>			
					<b>TOTAL DO PASSIVO</b>				<b>33.806.547</b>	<b>35.847.614</b>			

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES				CNPJ/MF: 52.543.766/0001-16	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				Em reais	
	Notas	31/12/2020	31/12/2019		
<b>RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS</b>		<b>83.684.896</b>	<b>92.690.668</b>		
Receitas de atividades assistenciais		69.395.401	66.422.209		
Receitas operacionais		25.569.547	26.703.501		
S.U.S. - Sistema Único de Saúde		22.595.413	22.595.413		
Convênios Particulares		2.369.014	3.525.590		
(-) Glosas		(32.641)	(116.187)		
Outras receitas operacionais		43.825.854	39.718.708		
Subvenção Federal		-	-		
Subvenção Estadual		25.104.659	25.123.162		
Subvenção Municipal		18.721.195	14.595.546		
Receitas não operacionais		7.935.166	20.286.228		
Outras Receitas	21	7.670.586	19.967.753		
Receitas Financeiras		264.580	318.475		
INSS Cota Patronal	20	6.113.249	5.724.026		
Trabalho Voluntário	23	241.080	258.205		
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(82.331.412)</b>	<b>(92.776.107)</b>		
Despesas com atividades assistenciais		(74.393.867)	(70.580.017)		
Despesas com pessoal		(24.954.578)	(24.190.182)		
Despesas administrativas e gerais		(4.585.182)	(3.138.772)		
Serviços prestados por terceiros		(33.250.365)	(33.175.239)		
Medicamentos e Materiais		(10.653.178)	(9.138.056)		
Despesas com depreciação / Amortização		(921.033)	(917.534)		
Impostos e taxas		(29.531)	(20.234)		
Despesas não operacionais		(1.583.216)	(16.213.859)		
Outras Despesas		-	(14.002.803)		
Despesas financeiras	22	(1.583.216)	(2.211.056)		
INSS Cota Patronal	20	(6.113.249)	(5.724.026)		
Trabalho Voluntário	23	(241.080)	(258.205)		
<b>SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.353.484</b>	<b>(85.439)</b>		

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES				CNPJ/MF: 52.543.766/0001-16	
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL NO EXERCÍCIO				Em reais	
	Patrimônio Social	Superávit (Déficit)	Total		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(27.261.110)</b>	<b>4.193.942</b>	<b>(23.067.168)</b>		
Resultado do exercício	-	(85.439)	(85.439)		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(27.261.110)</b>	<b>4.108.503</b>	<b>(23.152.607)</b>		
Resultado do exercício	-	1.353.484	1.353.484		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(27.261.110)</b>	<b>5.461.987</b>	<b>(21.799.123)</b>		

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI DAS CRUZES				CNPJ/MF: 52.543.766/0001-16	
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA				Em reais	
	31/12/2020	31/12/2019			
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Superávit / Déficit Líquido	1.353.484	(85.439)			
<b>AJUSTES</b>					
Depreciação	921.033	917.534			
Fornecedores	1.128.024	263.597			
Provisão de contingências	2.049.057	1.181.131			
<b>VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS</b>					
Contas a receber	2.346.347	551.747			
Adiantamentos	(700)	(101.469)			
Estoques	(700.562)	17.551			
Outros créditos	557.209	1.200			
Fornecedores	(165.498)	403.589			
Obrigações trabalhistas	(792)	124.472			
Obrigações Fiscais	40.551	(18.331)			
Parcelamentos Tributários	(1.376.739)	(1.171.904)			
Obrigações com Parcelamentos	(133.282)	(177.709)			
Subvenções a Aplicar	(1.983.163)	(838.164)			
Subvenções Investimentos	(202.676)	356.489			
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>1.783.237</b>	<b>243.142</b>			
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aquisições de bens no imobilizado ao custo	(1.597.747)	(936.013)			
Baixas de bens no imobilizado ao custo	6.665	119.803			
Aumento/diminuição do realizável a longo prazo	230.826	2.571.076			
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(1.360.256)</b>	<b>1.754.865</b>			
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Empréstimos	(985.525)	(1.160.180)			
Obrigações Bancárias	138.477	(250.367)			
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de Financiamento</b>	<b>(847.048)</b>	<b>(1.410.547)</b>			
<b>Varição de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(424.067)</b>	<b>587.460</b>			
Saldo de disponibilidades no início do exercício	4.168.835	3.581.374			
Saldo de disponibilidades no final do exercício	3.744.768	4.168.835			
<b>Varição de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(424.067)</b>	<b>587.460</b>			

**1. A Entidade****a) Reconhecimento de utilidade pública**

A Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, constituída em 04 de maio de 1955, tem sua origem na Sociedade Mogiana de Beneficência de Mogi das Cruzes, fundada em 06 de julho de 1873, sendo uma sociedade civil, com duração por prazo indeterminado, regendo-se por seu Estatuto e demais disposições aplicáveis.

É uma entidade filantrópica, mantenedora do Hospital Nossa Senhora de Aparecida, que tem por objetivo proporcionar assistência médica hospitalar aos enfermos e acidentados, gratuitamente ou não, obrigando-se a manter leitos e serviços hospitalares para uso público, gratuito, sem qualquer distinção, estabelecida pela legislação e regulamentos municipais, estaduais ou federais aplicáveis e outros dispositivos.

Sediada na Rua Barão de Jaceguai, 1148, nesta cidade, Estado de São Paulo, está inscrita no CNPJ sob o n.º 52.543.766/0001-16 e registrada no Serviço Público Federal do Ministério da Previdência e Assistência Social - CNAS n.º 44006.004972/2000-44 de 23/07/2004, renovado através da Resolução -84, publicado no DOU 142 em 26/07/04 e validade até 31/12/2006, com reconhecimento de utilidade: pública pelas autoridades federais, estaduais e municipais. Em 21/10/2009 a Santa Casa protocolou pedido de Renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social através do processo 25000.033.562/10-41, aguardando análise técnica e decisão da Secretaria de Atenção à saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS).

**b) Administração**

Conforme os estatutos sociais, a Entidade é gerida por uma Mesa Administrativa composta de: Provedor como presidente, Vice Provedor, 1.º Secretário, 2.º Secretário, 1.º Tesoureiro, 2.º Tesoureiro, 1.º Mordomo e 2.º Mordomo e mais 4 suplentes, mais um Conselho Fiscal com 3 membros efetivos e 02 suplentes todos eleitos por uma Assembleia Geral Ordinária para um período de 2 anos no mês de dezembro.

A Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes não remunera, por qualquer forma, os cargos de sua Diretoria, Conselhos Fiscais, deliberativos ou consultivos, e não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados sob nenhuma forma ou pretexto.

**c) Manutenção financeira**

Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais da Associação são provenientes principalmente de:

- > contribuição mensal dos irmãos;
- > renda proveniente da prestação de serviços e conexos;
- > renda de imóveis;
- > donativos em dinheiro;
- > rendimentos financeiros;
- > rendas eventuais; e
- > auxílios e subvenções dos poderes públicos

**2. Principais práticas contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e aprovadas pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2020 de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária em conformidade com as Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, os pronunciamentos do CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade que requer uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeriram maior nível de julgamento ou estimativas significantes para as demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da empresa consequentemente sua moeda de apresentação;

- a. Contas de resultado: São reconhecidas mensalmente pelo regime contábil de competência;
- b. Aplicações financeiras: São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado;
- c. Ativo circulante e não circulante: Registrados pelo valor de realização acrescida dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável;
- d. Estoques: Os estoques de medicamentos e materiais hospitalares e de almoxarifado são controlados ao custo médio, que não supera o valor de mercado;
- e. Ativo imobilizado: Os bens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, sendo contabilizadas as depreciações devidas ao uso e desgaste natural dos bens;
- f. Passivo circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos;
- g. Provisão de férias e encargos: Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes;
- h. Contribuição ao INSS e impostos: Conforme previsão constitucional, a Santa Casa é uma entidade filantrópica, imune, do pagamento de impostos, taxas e da contribuição ao INSS.
- i. Patrimônio Social representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits/Déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição.
- j. Legislação Fiscal: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consonante a legislação específica aplicável.
- k. Recursos: Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas (custeio) e investimentos patrimoniais.

**3. Caixa e equivalentes de caixa:**

Conforme demonstrado em 31 de dezembro de:

Descrição	2020	2019
Caixa	47.608	273.512
Bancos	330.724	502.380
Aplicações financeiras	3.366.436	3.392.943
<b>Total</b>	<b>3.744.768</b>	<b>4.168.835</b>

**4. Contas a receber:**

Conforme demonstrado em 31 de dezembro de:

Descrição	2020	2019
Convênios SUS	1.914.700	2.078.831
Convênios/Particulares	5.644.410	7.826.626
Provisão para perdas	(70.429)	(70.429)
<b>Total</b>	<b>7.488.681</b>	<b>9.835.028</b>

**5. Adiantamentos:**

Conforme demonstrado em 31 de dezembro de:

Descrição	2020	2019
Adiantamento a fornecedores	40.356	45.000
Adiantamento a funcionários	150.688	145.343
<b>Total</b>	<b>191.044</b>	<b>190.343</b>

**6. Outros Créditos:**

Conforme demonstrado em 31 de dezembro de:

Descrição	2020	2019
Bloqueio judicial	545.853	1.104.043
Diversos	150.327	149.345
<b>Total</b>	<b>696.180</b>	<b>1.253.388</b>

**7. Estoques**

Os estoques em 31 de dezembro estavam assim compostos:

Descrição	2020	2019
Materiais cirúrgicos	605.397	113.823
Medicamentos	219.035	147.269
Outros	240.147	85.798
Estoques de 3º	(24.031)	(6.904)
<b>Total</b>	<b>1.040.548</b>	<b>339.986</b>

**8. Investimentos**

Com a finalidade de ampliar a angariação de recursos para aplicar na consecução de seus objetivos sociais e estatutários, em julho de 2017 a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes passou a realizar promoções comerciais vinculadas a sorteios lastreados em Títulos de Capitalização emitidos por sociedade de capitalização devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, nos moldes do decreto 6.388, de 05 de Março de 2008, das Circulares SUSEP n.º 365/08, n.º 376/08 e n.º 460/12.

**9. Ativo imobilizado**

Demonstrado com base no valor original de custo acrescido das reavaliações efetuadas:

Descrição	Taxas	31/12/2020	31/12/2019
<b>Bens sem restrição</b>		<b>22.442.723</b>	<b>21.583.454</b>
Terrenos		7.123.199	6.773.199
Imóveis	4%	11.426.425	11.426.425
Benfeitorias em Imóveis de 3º		15.500	15.500
Instalações	10%	267.159	256.343
Computadores	20%	160.973	146.755
Máquinas e equipamentos	10%	2.497.288	2.096.281
Móveis e utensílios	10%	917.179	868.951
Obras em andamento		35.000	-
<b>Bens com restrição</b>		<b>5.602.059</b>	<b>4.908.226</b>
Imóveis	4%	1.003.702	1.003.702
Computadores	20%	12.108	12.108
Máquinas e equipamentos	10%	3.698.388	3.431.718
Móveis e utensílios	10%	297.596	297.596
Obras em andamento		590.265	163.102
<b>Depreciação acumulada</b>		<b>(9.692.600)</b>	<b>(8.809.547)</b>
Depreciação sem restrição		(6.838.228)	(6.250.696)
Depreciação com restrição		(2.854.372)	(2.558.851)
<b>Total Geral do imobilizado</b>		<b>18.352.182</b>	<b>17.682.133</b>

A movimentação do Ativo Imobilizado no exercício de 2020 segue:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2020
<b>Bens sem restrição</b>	<b>21.583.454</b>	<b>882.554</b>	<b>(23.285)</b>	-	<b>22.442.723</b>
Terrenos	6.773.199	350.000	-	-	7.123.199
Imóveis	11.426.425	-	-	-	11.426.425
Benf. em Imóveis de 3º	15.500	-	-	-	15.500
Instalações	256.343	10.816	-	-	267.159
Computadores	146.755	14.218	-	-	160.973
Máquinas e equip.	2.096.281	422.859	(21.852)	-	2.497.288
Móveis e utensílios	868.951	49.661	(1.433)	-	917.179
Obras em andamento	-	35.000	-	-	35.000
<b>Bens com restrição</b>	<b>4.908.226</b>	<b>715.194</b>	<b>(21.361)</b>	-	<b>5.602.059</b>
Imóveis	1.003.702	-	-	-	1.003.702
Computadores	12.108	-	-	-	12.108
Máquinas e equip.	3.431.718	288.031	(21.361)	-	3.698.388
Móveis e utensílios	297.596	-	-	-	297.596
Obras em andamento	163.102	427.163	-	-	590.265

Desde outubro de 2004, a auditoria fiscal do INSS, determinou a indisponibilidade dos bens da Entidade.

#### 10. Empréstimos e financiamentos

Circulante	Taxa	2020	2019
<b>Total Circulante</b>		<b>11.610.703</b>	<b>12.450.157</b>
Banco devedor		-	-
Empréstimos	0,97% e 1,02% a.m.	4.082.474	4.131.637
Juros a Apropriar		(930.460)	(784.389)
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos		7.528.229	8.318.521
Juros a Apropriar		(929.943)	(1.243.791)

A garantia foi a Cessão de Direitos Creditórios do SUS.

#### 11. Fornecedores

As obrigações com fornecedores foram registradas com base em documento hábil respeitando o período de competência. A entidade continua enfrentando dificuldades financeiras, porém cumprindo integralmente com suas obrigações, em razão de existir saldos que tem sua origem em exercícios anteriores.

Os serviços prestados por terceiros (pessoa física e jurídica) foram apropriados com base nos relatórios de produção e documentos fiscais.

Descrição	2020	2019
Fornecedores	1.079.150	955.834
Prestadores de serviços	7.154.825	7.443.637
<b>Total</b>	<b>8.233.975</b>	<b>8.399.471</b>

#### 12. Obrigações trabalhistas

Apresentavam os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Salários a pagar	1.333.215	1.239.531
INSS a recolher	131.360	129.042
FGTS a recolher	195.202	186.112
Provisão férias e encargos incidentes	2.267.928	2.373.190
Outras obrigações sociais	5.411	6.032
<b>Total</b>	<b>3.933.116</b>	<b>3.933.907</b>

#### 13. Parcelamentos tributários

Apresentavam os seguintes saldos:

2020	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Refis a pagar	228.000	5.112.471	5.340.471
Parcelamento IRRF	421.838	1.896.703	2.318.541
Parcelamento INSS	572.141	1.712.088	2.284.229
Parcelamento FGTS	456.000	2.822.535	3.278.535
<b>Total</b>	<b>1.677.979</b>	<b>11.543.797</b>	<b>13.221.776</b>
2019	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Refis a pagar	260.000	5.215.205	5.475.205
Parcelamento IRRF	440.000	2.380.078	2.820.078
Parcelamento INSS	577.829	2.148.854	2.726.683
Parcelamento FGTS	456.000	3.120.550	3.576.550
<b>Total</b>	<b>1.733.829</b>	<b>12.864.687</b>	<b>14.598.516</b>

Em abril de 2000 a Entidade teve sua inclusão no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, sancionado pela Lei Federal nº 9.964.

Em 2007, a Entidade regularizou todas as pendências anteriores e obteve parcelamento de todas as dívidas tributárias, previdenciárias e trabalhistas em 240 meses através da Lei nº 11.345. A Entidade vem pagando regularmente o programa de acordo com o extrato obtido junto a Receita Federal.

#### 14. Obrigações com Parcelamento

Apresentavam os seguintes saldos:

2020	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Parcelamento SEMAE	133.282	666.408	799.690
Parcelamento Bandeirantes Energia	-	-	-
<b>Total</b>	<b>133.282</b>	<b>666.408</b>	<b>799.690</b>
2019	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Parcelamento SEMAE	133.282	799.690	932.972
Parcelamento Bandeirantes Energia	-	-	-
<b>Total</b>	<b>133.282</b>	<b>799.690</b>	<b>932.972</b>

#### 15. Provisões para Contingências

De acordo com entendimento da Administração apoiada na assessoria jurídica da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes sobre os processos em andamento, algumas ações não procedem, portanto existe a possibilidade de sentenças favoráveis ao Hospital. Outras ações caso forem perdidas, podem ocorrer em montantes inferiores aos valores reclamados. Na maioria, em razão da morosidade processual o desfecho da sentença será de longo prazo.

Em face do exposto, somente foram provisionadas as contingências passivas de perdas prováveis, decorrentes de processos judiciais, reivindicações e reclamações.

Em 31 de dezembro de 2020, os valores estimados das contingências apresentavam-se como segue:

2020	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Ações Cíveis	-	2.855.249	2.855.249
Ações Trabalhistas	-	659.596	659.596
Ações Administrativas	-	395.016	395.016
Parcelamentos Indenizações Trab.	-	530.858	530.858
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>4.440.719</b>	<b>4.440.719</b>
2019	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Ações Cíveis	-	2.004.018	2.004.018
Ações Trabalhistas	351	547.883	548.234
Ações Administrativas	-	587.463	587.463
Parcelamentos Indenizações Trab.	-	172.980	172.980
<b>Total</b>	<b>351</b>	<b>3.312.344</b>	<b>3.312.695</b>

#### 16. Verbas subvencionadas

Conforme determinado nas Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções destinadas a investimentos, deverão ter o seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre a realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do bem.

#### 17. Passivo a descoberto e plano de recuperação

As demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes continuam apresentando deficiência de capital de giro, em 2007 todos os passivos tributários e trabalhistas foram parcelados através da Lei 11345 e os valores transferidos para o Exigível de Longo Prazo e possibilitando obtenção de certidões de débito positiva com efeito negativo, tornando a Entidade apta a obter subvenções e outras verbas públicas.

O plano de ação desenvolvido pela atual diretoria administrativa tem os seguintes pontos principais:

- Readequação entre despesas e receitas de acordo com as necessidades mínimas para assegurar a manutenção dos serviços prestados a população e continuidade do Hospital;
- Manutenção da renegociação junto aos fornecedores e prestadores de serviços para mudança na exigibilidade de obrigações de curto para longo prazo ou transformação da despesa em doação;
- Redução do quadro de funcionários com aprimoramento e distribuição dos remanescentes aos setores competentes, procurando melhorar a eficiência, dinâmica dos serviços e redução de custos;
- Obtenção junto a Prefeitura de mais recursos para cobertura de déficits;
- Obtenção de recursos através de doações e patrocínios junto a entidades civis e a população em geral;
- A Administração também acredita que a possibilidade de um prognóstico favorável, sobre ações em fase de conclusão e que podem minimizar positivamente o quadro deficitário atual.

#### 18. Cobertura de Seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros para os seus bens moveis e imóveis, em montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

#### 19. Resumo das receitas e pacientes atendidos e outros

Demonstração da quantidade de pacientes atendidos (SAME) em decorrência de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde - SUS, a fim de atender ao disposto nos art. 3º, Inciso VI parágrafo 4º, do Decreto 2536/1998:

Descrição	Total Atendimento			
	2020	%	2019	%
Pacientes SUS – Internações	10.506	94,48	13.043	93,9
Pacientes Convênios e Particulares	614	5,52	850	6,1
<b>Total</b>		<b>100,0</b>	<b>13.893</b>	<b>100,0</b>

#### 20. Isenções previdenciárias e fiscais usufruídas

São demonstrados a seguir, os valores relativos às isenções fiscais e previdenciárias, como se devido fossem gozadas durante o exercício.

	2020	2019
INSS Cota Patronal	6.113.249	5.724.026
<b>Total</b>	<b>6.113.249</b>	<b>5.724.026</b>

#### 21. Outras receitas

	2020	2019
Doações	1.267.034	772.826
Aluguel	64.188	83.530
Outras receitas	421.377	207.626
Receitas extraordinárias	5.924.360	18.903.771
<b>Total</b>	<b>7.676.959</b>	<b>19.967.753</b>

#### 22. Despesas financeiras

	2020	2019
Tarifas bancárias	117.482	111.628
Juros	1.449.438	2.067.713
Outras receitas	16.296	31.715
<b>Total</b>	<b>1.583.216</b>	<b>2.211.056</b>

#### 23. Trabalho voluntário

Atendendo a Resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 aprovando a NBC ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes.

O montante de R\$ 241.080 foi apurado com base nos apontamentos de presença das horas de reuniões e participação de eventos dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

José Carlos Petreca	Célio A. Santos
Provedor	Contador CRC212955/O-0